

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pix segue zanzando no Congresso Nacional - LU AIKO OTTA 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Indefinição sobre fase de testes da reforma põe empresas em alerta 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

TRF-5 derruba 'quarentena' e obriga PGFN a fechar acordo de transação tributária com contribuinte 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Condenado no mensalão advoga contra inspeção em fundos de pensão 10

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Musk demole o Estado americano e mescla seus interesses com os do país 12

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Novo consignado para trabalhador com carteira assinada vai permitir trocar dívida mais cara por mais barata 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Gasto com servidores e custo do Judiciário indicam falta de eficiência do Estado 15

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor espera rápida solução para fundos imobiliários - SECOVI 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: bicicletas compartilhadas 20

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Escândalo de criptomoedas abala reputação de Milei 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Postos reagem a Lula e dizem que impostos pesam em preço de combustíveis 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para analistas, proposta de Lula para combustível é inviável 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados têm limitações para subir preço, dizem especialistas 25

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IA, regulação e a nova ordem global (Artigo)	27
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Por que acreditar nos fundos imobiliários em 2025 (Artigo)	29
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Dólar cai, após BC vender US\$ 3 bilhões	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Disparada de preços faz governo adiar exigência de maior uso do biodiesel	32
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Nos EUA, preço do ovo dispara e item some das gôndolas	34
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Dólar fecha no menor valor desde 7 de novembro	35
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS ECONOMIA	
Reajuste médio de medicamentos deve ser de 3,8%	36
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Tesouro faz maior emissão de NTN-B desde 2021	38

Pix segue zanzando no Congresso Nacional - LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

Responsável por grande estrago na popularidade do governo, o pix segue zanzando pelo

Congresso Nacional. A Medida Provisória (MP) 1.288/25, enviada no calor da crise, segue em tramitação. Recebeu 40 emendas, notadamente da oposição e do centrão. Além disso, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) protocolou um projeto de lei com o mesmo conteúdo da MP na semana passada.

Podem dar em nada, como podem servir de base para outra onda de fake news. É o tipo de discussão que pode se descolar da realidade, como se viu.

Está prestes a chegar ao Congresso Nacional a reforma do Imposto de Renda. É outro tema igualmente capaz de atropelar a racionalidade.

As duas proposições sobre o pix patrocinadas pelo governo estão paradas. Até quando, não se sabe.

A leitura das emendas mostra que a principal preocupação dos parlamentares foi combater os fantasmas que fizeram o assunto viralizar. Propõem proibir, em primeiro lugar, que haja qualquer tipo de tributação ou até mesmo tarifação sobre o pix. Outras emendas tentam impedir que as movimentações com o meio de pagamento sejam base de ações da **Receita Federal**.

"Não incide tributo, seja imposto, taxa ou contribuição, além de qualquer tarifa ou custo bancário, no uso do pix, sendo vedada qualquer cobrança a qualquer título", propõe a deputada Dani Cunha (União-RJ). Ela justifica que o governo tentou, com a MP, combater "notícias que entende serem falsas" sobre taxação do pix. "Ocorre que, ao não proibir a cobrança de tarifas e custos bancários, o governo acaba permitindo que **impostos** indiretos sejam cobrados do pix", argumenta na justificativa da emenda.

Preocupado com a fiscalização, o deputado Gilson Marques (Novo-SC) tenta estabelecer uma diferença entre a movimentação financeira de um

estabelecimento e a receita que deveria ser base para sua tributação. "Iniciamos o ano com a sanha arrecadatória do governo a todo vapor", afirmou à coluna. "Minha emenda garante que, caso haja fiscalização da Receita, as despesas que o empreendedor tem sejam descontadas das receitas, para fim de cálculo do Imposto de Renda."

Assim, sua proposta é criar "um regime de lucro real simplificado para pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte que recebam pelo Pix".

A Receita, reconhece o deputado, já opera dessa forma. "Assim, a presente emenda vem no sentido de dar segurança jurídica a uma atuação já efetuada pela **Receita Federal**." Comandante da **Receita Federal** durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Everardo Maciel se mostrou abismado com a crise em torno do pix e com a edição da MP, que classificou como "impressionante".

A causa de toda a confusão, a Instrução Normativa 2.219/24 da **Receita Federal**, não é mais do que a atualização de uma norma editada por ele, afirmou à coluna. "Está muito bem-feita a instrução; não tenho nenhum reparo a fazer."

Como se sabe, a IN foi editada em setembro e tinha como propósito incorporar novos meios de pagamentos à lista daqueles cujas movimentações são informadas à Receita. Mas, nesse mundo pautado pelas versões em redes sociais, quatro meses depois aquilo virou uma tentativa do governo de taxar o pix e quebrar o sigilo bancário das pessoas. Num segundo momento, converteu-se num cerco da Receita aos pequenos empreendedores.

Pressionado pelo estrago, o governo revogou a IN, contra a vontade da área econômica. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava "com a cabeça feita" para recuar, contou uma fonte.

Na reação às fake news, o governo ainda editou uma MP que, basicamente, proíbe estabelecimentos comerciais de cobrar adicional nas vendas realizadas por pix (embora o mais usual no comércio seja o contrário) e a assegurar que não haverá tributação do pix.

"Tem um artigo que diz o que é tributo", comentou

Everardo, ironizando a MP. "É assim desde 1946."

Outro artigo que espantou o ex-secretário é o que atribui ao Banco Central

responsabilidades básicas em relação ao pix, como "normatizar e implementar medidas que garantam a preservação da infraestrutura digital pública". Não poderia ser de outra maneira, ponderou.

O campo minado das

discussões no Congresso sobre **tributos** vai ganhar um novo elemento. O projeto de lei que eleva o limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para R\$ 5 mil deve seguir antes do Carnaval, informou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Em meio à queda de popularidade de Fula, a proposta se consolida como uma tábua de salvação. É uma estratégia arriscada.

Aos olhos do mercado, essa proposta é um dos maiores riscos no horizonte das contas públicas este ano. Há sérias dúvidas se o Legislativo aprovará medidas capazes de compensar a perda de receitas decorrente dessa "bondade" e garantir que a mudança seja "neutra", como vem prometendo Haddad. O risco é um novo rombo.

A mudança no IR é tida, desde o início deste terceiro mandato de Lula, como o mais difícil round legislativo a ser travado pela equipe econômica. A crise do Pix recomenda ganhar musculatura antes de iniciá-lo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188121?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188121?page=1§ion=1)**

Indefinição sobre fase de testes da reforma põe empresas em alerta

Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta De Brasília

A dez meses do início da fase de testes da **reforma tributária**, a ansiedade tomou conta das empresas, contam especialistas. Faltam informações para o desenvolvimento de sistemas que serão utilizados para apurar os novos **tributos**, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), algo que demandará pelo menos seis meses de trabalho. Esse é apontado como o maior gargalo no curto prazo. A Receita afirma que o cronograma está em finalização e deve ser divulgado em breve.

Além disso, o Comitê Gestor do IBS ainda não está instalado. Caberá a ele emitir regulamentações infralegais que detalharão o funcionamento do novo tributo. A **Receita Federal** fará o mesmo em relação à CBS.

Nos bastidores do governo, a ordem é fazer o possível para que tudo esteja pronto até o fim deste ano. Porém, se for necessário, existe a possibilidade de implementar gradualmente os "testes" ao longo de 2026, apurou o Valor.

Segundo o fisco informou em nota, estão sendo realizadas reuniões preparatórias com associações de empresas de software e conselhos de classe para compreender as necessidades dos contribuintes e dos prestadores de serviços de informática e contabilidade, além de mencionar a publicação de notas técnicas orientativas.

"O grande desafio no momento está nas empresas que desenvolvem os nossos ERPs [Enterprise Resource Planning]", disse o presidente-executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Pablo Cesário. Os sistemas precisarão ser adaptados às novas regras, mas faltam detalhes a serem informados pelo Serpro, estatal de processamento de dados.

Consultado, o Serpro informou que é prestador de serviços e não divulga informações sobre projetos de clientes sem autorização. O cliente, no caso, é a **Receita Federal**.

"Eu diria que a parte de sistemas é mais urgente para este ano", concordou Daniel Loria, do escritório Loria

Advogados. "Sinto que tem bastante ansiedade das empresas, especialmente da área técnica operacional tributária, tax compliance mesmo, que querem ter certeza de que os sistemas estão rodando direitinho para 2026."

A preocupação existe porque já no ano que vem será necessário apurar e declarar os novos **tributos**. Cumprindo essas obrigações acessórias, a empresa é dispensada de pagar a alíquota de 1 % cobrada no período de teste.

Loria foi diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** (Sert) até o dia 6 de janeiro passado. Abriu seu escritório após consulta na Comissão de Ética Pública, que o autorizou a atuar como consultor, parecerista e a atuar na preparação das empresas para o novo sistema. Está, porém, proibido de defender interesses privados perante o Ministério da Fazenda pelo prazo de seis meses.

Do outro lado do balcão, ele apontou para três frentes de atenção. Além do desenvolvimento de sistemas, avaliou que ainda falta engajamento da alta administração com as mudanças que estão por vir. "Eu acho que essa tem sido uma demanda das áreas técnicas das empresas."

Uma terceira frente envolve o detalhamento da legislação, uma tarefa que será cumprida pelo Comitê Gestor do IBS e pela **Receita Federal**. "Também tem gerado bastante ansiedade nas empresas com relação a esses regulamentos, como é que vão ser interpretados alguns temas."

Um exemplo foi apontado pelo advogado Luiz Bichara, do Bichara Advogados. "Ficou confusa a parte da sanção", comentou, referindo-se às punições pela falta de apresentação de declarações

já em 2026. Há uma multa de 50% do IBS devido, mas também outra multa por documento não emitido, no valor de 30% da operação, mas que, no período de teste, ficará limitada a 1%. Essa multa por falta de documento é aplicada por alguns Estados, mas há litígio a respeito, disse.

Outro ponto que tem chamado a atenção de empresas e tributaristas é como será o relacionamento entre o IBS e os **tributos** que vai substituir, o Imposto sobre a

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS) no período de transição. Como mostrou o Valor na semana passada, escritórios especializados apontam para possível judicialização pelo fato de o IBS integrar temporariamente a base de cálculo do ICMS e do ISS.

"Muita gente não percebe que a **reforma tributária** não é só aprovar lei no Congresso" José Tostes

O tema também entrou no radar das empresas, segundo informou Pablo Cesario. Era tema de reuniões na última quinta-feira.

Há pelo menos uma iniciativa na Câmara dos Deputados que pretende atacar esse ponto: o Projeto de Lei Complementar (PLP) 16/2025, do deputado Gilson Marques (Novo-SC). A proposta exclui o IBS e a Contribuição de Bens e Serviços (CBS) da base de cálculo dos demais **tributos**.

"O IBS e a CBS são **impostos** calculados por fora, ou seja, não integram a base da operação", explicou Adriano Subirá, auditor da **Receita Federal** atualmente cedido à Câmara dos Deputados. "O ICMS incide sobre o valor da operação, então nós teremos dois conceitos de operação distintos, quando a lei não faz essa distinção." Na visão dele, esse é apenas um dos pontos com potencial de gerar questionamentos na Justiça.

Na área técnica do governo, avalia-se que essa forma de apuração está correta. Do contrário, Estados e prefeituras teriam perda de arrecadação. Esse ponto promete gerar debate no Legislativo.

A Câmara dos Deputados ainda analisa o PLP que regula o funcionamento do Comitê Gestor do IBS. Como essa demora era prevista, o grupo ganhou uma autorização temporária para funcionar em 2025, incluída na Lei Complementar 214/25, a que detalhou os novos **tributos**. Porém, só deverá ser instalado em maio. No momento, tem operado provisoriamente, no que é chamado de pré-comitê.

"Se for instalado em maio, não terá os cem funcionários no dia seguinte", comentou o ex-secretário da **Receita Federal** José Tostes. Estados e municípios vão ceder pessoas para integrar esse grupo e, supostamente, serão seus melhores quadros técnicos, dada a importância da tarefa. Isso, comentou, não será fácil de concretizar.

"Depois que ele [comitê] conseguir se tomar operacional, vai poder fazer as licitações, os contratos, toda essa parafernália de medidas que são necessárias para que os sistemas, os controles, as declarações, os documentos fiscais possam ser

desenvolvidos, testados e disponibilizados", listou. "O prazo, na minha opinião, é inviável para tudo isso."

Tostes vê também possíveis embaraços no plano político para a entrada em vigor da reforma. Até agora, o Executivo não enviou ao Congresso Nacional os projetos de lei que regulamentarão os fundos associados à **reforma tributária**. Entre eles, o que

permitirá aos Estados seguir pagando às empresas os incentivos fiscais do ICMS, eliminado na reforma. "Você acha que a reforma vai entrar em vigor sem isso?", questionou o ex-secretário.

São discussões difíceis que ainda estão fora do radar do Congresso. Por exemplo, a reforma criou o Fundo de Diversificação Econômica da Amazônia, mas não estabeleceu o valor dele. Nos bastidores, o governo acena com algo na casa de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões, quando a Amazônia espera pelo menos R\$ 8 bilhões. Também não há definição sobre o valor do fundo de desenvolvimento da Amazônia Ocidental e do Amapá - Estado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União).

"Vai ter uma guerra total", avaliou Tostes. "É um altíssimo potencial explosivo do ponto de vista político."

A reforma trará profundas transformações na operação das empresas, comentou Loria. Cálculos realizados por sua equipe mostram, por exemplo, não ser necessariamente verdade que empresas prestadoras de serviços ou as agroexportadoras são pre-judicadas pela reforma. Na análise caso a caso, linha a linha de produto, emergem os ganhos decorrentes do novo sistema de débitos e créditos. "É impressionante", comentou.

Os fluxos de caixa também serão transformados, pois os prazos de vencimento dos **impostos** e a apropriação dos créditos tributários vão mudar. "Pode haver impacto para o bem ou para o mal no fluxo de caixa, precisa analisar."

Outra mudança que será sentida ao longo dos próximos anos é a reformatação das cadeias logísticas da empresa, o que deverá elevar a produtividade.

As transformações chegam até à área de recursos humanos, pois a reforma mudou o tratamento para benefícios como vale-refeição de planos de saúde. Em tese, as empresas terão potencial vantagem na concessão, porque poderão se creditar desses itens.

Há, porém, uma longa preparação a ser feita, em prazo curto. "Muita gente não percebe que a **reforma tributária** não é só aprovar a lei no Congresso",

comentou Tostes. "Vai ter muito trabalho pela frente."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188121?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188121?page=1§ion=1)**

TRF-5 derruba 'quarentena' e obriga PGFN a fechar acordo de transação tributária com contribuinte

Por Luiza Calegari - De São Paulo

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) livrou um contribuinte de "quarentena" exigida pela Fazenda Nacional para a realização de nova transação tributária. O período de dois anos estabelecido para casos de empresas com acordos rescindidos por inadimplência foi derrubado por decisão do desembargador Francisco Alves dos Santos Júnior. O precedente é inédito, segundo especialistas.

A decisão liminar beneficia uma empresa que oferece cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e concursos públicos. Ela determina que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) feche acordo com o contribuinte inadimplente e que, até lá, suspenda a cobrança de todas as dívidas tributárias, além de fornecer, se necessário, certidão positiva com efeito de negativa, exceto se houver outro impedimento legal.

A empresa, de João Pessoa, é defendida pela advogada Josiane Ribeiro Minardi, sócia da Minardi, Borges e Föppel Advogados Associados. Segundo ela, em 2021 foi firmado acordo com a **Receita Federal** para o pagamento de dívidas. Três anos depois, a transação tributária foi rescindida por inadimplência.

Agora, com os débitos inscritos na dívida ativa, a empresa quer um novo acordo, desta vez com a PGFN. Sem sucesso, em razão da quarentena prevista no artigo 18 da Portaria PGFN nº 6.757, de 2022, recorreu à Justiça. Pelo dispositivo, o contribuinte que teve uma negociação rescindida não pode formalizar nova transação tributária por dois anos, ainda que referente a outras dívidas.

Para o desembargador, no entanto, "esse tipo de prazo não pode ser delegado a uma autoridade de terceiro escalão, porque é restritivo de direitos e só quem pode restringir direitos num regime democrático é o legislador, por lei". E essa lei, acrescenta, tem de ser complementar, cujos requisitos de quórum são mais rígidos do que para aprovação de lei ordinária (processo nº 0801350-37.2025.4.05.0000).

Na decisão, o desembargador ainda critica a carga tributária brasileira. "Se o contribuinte ficou inadimplente em parcelamento anterior, certamente decorreu do insuportável peso da gigantesca carga tributária que sufoca a todos na atualidade do nosso sofrido país", diz.

O precedente ganha importância diante do esforço da União de elevar a arrecadação federal. Até outubro de 2024, de acordo com a PGFN, entraram nos cofres públicos R\$ 27,8 bilhões por meio de acordos de transação tributária - mais da metade de todo o total de dívidas tributárias recuperadas pelo órgão, que foi de R\$ 49,2 bilhões no mesmo período.

Josiane Minardi destaca que há empresas em situação idêntica que podem se beneficiar desse argumento. "O desembargador decidiu, com razão, contra a portaria. Isso quer dizer que o contribuinte pode aderir a outro parcelamento quando quiser, não precisa esperar tanto tempo", afirma.

Matheus Bueno, do Bueno Tax Lawyers, destaca que o precedente é importante, apesar de se basear em um caso concreto. "As transações vieram como substitutos para os antigos Refis, que passavam a impressão ruim de premiar maus pagadores", diz. "A solução foi a transação, que analisa a capacidade de pagamento e só se dá o benefício para quem realmente precisa. E uma das formas de evitar o abuso seria não dar para quem rescinde", explica.

O problema, segundo Renato Peluzo, sócio do TAGD advogados, é que esse tipo de punição parte da premissa de que todos os contribuintes que tiveram parcelamento anterior rescindido agiram de má-fé. "Ocorre que, muitas vezes, a própria procuradoria deixa de analisar a situação real do contribuinte, fazendo com que ele não consiga arcar com as parcelas exigidas, o que demonstra na realidade uma violação à isonomia", diz.

De acordo com Peluzo, é a própria objetividade da regra que impede o tratamento isonômico. "O objetivo da transação é permitir que o contribuinte possa adimplir com seus débitos de acordo com a capacidade de pagamento, devendo ser analisado o

cenário atual com o objetivo de garantir a manutenção das atividades dos contribuintes e a manutenção da arrecadação em favor do erário público."

Para Leonardo Varella Giannetti, tributarista do Rolim Goulart Cardoso, apesar do precedente ser positivo para os contribuintes, ele é raro e de difícil replicação. "A PGFN possui argumentos para defender a proporcionalidade e razoabilidade da medida como salvaguarda de eventuais abusos, especialmente por devedores que reiteradamente não conseguem cumprir os acordos e parcelamentos, por qualquer razão", afirma.

A questão da legalidade levantada pelo desembargador na decisão, acrescenta o advogado, "soa estranha, a princípio", pois o teor do artigo 18 da portaria da PGFN é "a repetição da vedação prevista no artigo 4º, parágrafo 4, da Lei nº 13.988/20", que disciplina a transação tributária.

No TRF da 2ª Região, o mesmo pedido feito por outro contribuinte foi negado pelo desembargador Luiz Antonio Soares. Ele entendeu que não cabe "ao Poder Judiciário, atuar como legislador positivo, criando benefício não previsto no ordenamento tributário, o que, além de não se coadunar com o princípio da legalidade tributária estrita, também colidiria com o princípio da separação de poderes" (processo nº 5004998-88.2024.4.02.0000).

O TRF da 4ª Região adotou o mesmo entendimento para negar o pedido de outra empresa. Em decisão da 1ª Turma, pontua que "é prerrogativa da Fazenda Pública decidir os critérios e condições para adesão a programa de transação" (processo nº 5003903-32.2025.4.04.0000).

Diante das dificuldades jurídicas, Leonardo Varella Giannetti aconselha o contribuinte a sustentar sua argumentação à Justiça em particularidades fáticas. "O devedor deve fazer um esforço argumentativo, apoiando em fortes indícios de sua situação financeira, para sensibilizar o juiz a afastar, no caso concreto, a regra de vedação em razão de um cenário particular e específico de proporcionalidade."

Em nota, a PGFN diz que reafirma seu compromisso de fazer valer a determinação da Lei nº 13.988, que estipula a quarentena de dois anos. "A intenção do legislador é evidente no sentido de destacar a seriedade dos acordos resolutivos de litígios firmados entre o devedor e a administração pública", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Condenado no mensalão advoga contra inspeção em fundos de pensão

Condenado a pelo menos seis anos de prisão no escândalo do mensalão, o ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha (PT-SP) advoga hoje em ação na Justiça para impedir a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre fundos de pensão mantidos por empresas estatais.

Ele e seu sócio, Ophir Cavalcante, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), são procuradores da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp), que acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para tornar inconstitucionais as auditorias da Corte de Contas nas entidades previdenciárias.

A banca também tenta tornar o entendimento predominante em processos no próprio TCU, que discute o tema em um grupo de trabalho.

Procurado, Cunha não se manifestou. Cavalcante disse, por meio de nota, que só fala nos autos dos processos. O TCU não se manifestou.

A Abrapp afirmou que a contratação seguiu suas normas de governança corporativa. Disse ainda que o escritório de Cunha e Cavalcante "vem prestando excelentes serviços em favor desta entidade, em cumprimento do objeto definido no nosso estatuto social, com o acompanhamento de diversos procedimentos perante o Tribunal de Contas da União e Supremo Tribunal Federal, os quais, em regra, são de livre consulta por qualquer cidadão".

Se tiver êxito, a Abrapp inviabilizará medidas do TCU como a que determinou, no último dia 5, a abertura de uma auditoria em caráter de urgência para investigar as causas de uma perda de R\$ 14 bilhões no Plano 1 da Previ, fundo que administra a aposentadoria de funcionários do Banco do Brasil.

Uma decisão favorável também anularia dezenas de outros processos em trâmite no tribunal relativos a atos apurados pela operação Greenfield no TCU, braço da Lava Jato que mirou desvios em fundos de pensão em favor de empreiteiras e empresas ligadas às gestões petis-tas.

A Abrapp sustenta, entre outros argumentos, que os fundos de pensão, embora mantidos em parte com recursos da União, são entidades de direito privado e,

por isso, têm autonomia e não podem ser fiscalizados como entes da administração pública. Também alegam que o TCU invade competência da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc), órgão regulador do mercado. "A atuação do TCU nesse caso pode levar a uma duplicidade fiscalizatória, comprometendo a eficiência da regulação e gerando desperdício de recursos, além de possíveis entraves operacionais", diz a entidade, em nota.

PREVIDÊNCIA. Os fundos ligados à Petrobras (Petros), Banco do Brasil (Previ), Caixa Econômica Federal (Funcef) e Correios (Postalís) administram ativos no valor de aproximadamente R\$ 510 bilhões. Todos eles são associados à Abrapp, que conta com o apoio de 234 entidades no total.

A maior delas é a Previ, com cerca de R\$ 270 bilhões sob gestão. Metade do valor que abastece os planos de aposentadoria sai dos cofres das companhias e o restante, de contribuições feitas pelos funcionários. Ou seja, as duas partes dão contribuições iguais.

Quando a gestão dos fundos causa prejuízos, é preciso realizar o equacionamento do déficit, uma operação em que ambas as partes realizam contribuições extraordinárias equivalentes para recuperar perdas do fundo e garantir os benefícios dos aposentados. Esse processo causa impactos negativos nos balanços das estatais e no bolso dos funcionários ativos e inativos.

Segundo o ministro Walton Alencar, do TCU, que determinou a apuração na Previ, o rendimento sobre os investimentos foi de apenas 1,58% no ano passado.

A ação do TCU faz parte de um processo aberto para averiguar se o fundo cumpriu requisitos técnicos e de governança na indicação de seu atual presidente, João Luiz Fukunaga.

Sindicalista e com formação em História, Fukunaga é funcionário de carreira do Banco do Brasil e não tem experiência na gestão de ativos financeiros.

A Previ nega prejuízo, pois afirma que a perda não foi realizada - ou seja, não houve venda dos ativos que desvalorizaram, como as ações da Vale.

Em outubro, a Previ tentou, sem sucesso, barrar o processo no TCU sobre a indicação de Fukunaga. A alegação era de que a Corte deveria esperar a conclusão de outro processo, que criou um grupo de trabalho para debater os limites da atuação do órgão na fiscalização dos fundos de pensão. É para essa discussão que Cunha foi escalado para atuar nos bastidores.

Em 2023, ele se reuniu com o então presidente do TCU, Bruno Dantas, para discutir a fiscalização dos fundos de pensão. Também participaram do encontro representantes da Abrapp e da Previc.

Na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) que a Abrapp move no STF, sob relatoria do ministro Luiz Fux, o escritório Ophir Cavalcante Advogados Associados, do qual Cunha é sócio, não consta como representante. Atualmente, o processo se encontra concluso para decisão do relator.

HISTÓRICO. Cunha foi presidente da Câmara de 2003 a 2005. Eleito nos dois mandatos seguintes, foi forçado a deixar sua cadeira no Legislativo em 2013 devido a uma condenação a seis anos e quatro meses de prisão por peculato e corrupção passiva na Ação Penal 470, o mensalão -esquema de pagamentos de propina a parlamentares da base do governo Lula em troca de apoio no Congresso.

Cunha cumpriu dois anos da pena - uma parte dela na penitenciária da Papuda, em Brasília, e outra em regime aberto -até 2016, quando o STF o absolveu após a então presidente Dilma Rousseff lhe conceder indulto, um perdão presidencial.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Musk demole o Estado americano e mescla seus interesses com os do país

Edward Luce Financial Times

Qual é a forma de reduzir acidentes de avião? Obviamente, não é demitir especialistas em segurança aérea e instilar paranóias nos que permanecem. No entanto, é isso o que Elon Musk esteve fazendo na Agência de Aviação Federal (FAA, em inglês) nas três semanas seguintes à colisão aérea mais mortal dos EUA em muitos anos. Sua equipe se "moveu rápido para quebrar coisas", como se Washington fosse um aplicativo. Mais além da Revolução Cultural na China, a história oferece poucos paralelos à investida contra o Estado que tem sido feita pelo chamado Departamento de Eficiência Governamental (Doge, na sigla em inglês).

O objetivo declarado de Musk é reduzir os déficits dos EUA, extirpando desperdícios, fraudes e abusos. Seu modelo é o corte de 80% do pessoal do Twitter feito por ele depois de comprar o site - começando pelo grupo de segurança e confiança. Quando se erra em alguma demissão, diz Musk, esse alguém pode ser recontratado. De fato, esse foi o caso de centenas de técnicos de segurança nuclear demitidos por Musk em fevereiro. Levou algum tempo para recontratar os funcionários que monitoram o arsenal dos EUA porque o Doge não encontrava os contatos deles.

O abismo entre o trabalho da maioria dos funcionários públicos e a forma como Musk os retrata é orwelliano. Ele descreveu os **servidores públicos** civis dos EUA como radicais que usam seus cargos para ganhar vantagens pessoais. A agora extinta agência de auxílio internacional dos EUA foi chamada por Musk de "organização criminosa". Segundo ele, alguns de seus funcionários têm patrimônios de dezenas de milhões de dólares. Por sua vez, o Departamento do Tesouro estaria enviando milhões de cheques da **Seguridade Social** a pessoas mortas, terroristas e fraudadores.

Musk ainda não apresentou provas das fraudes que alega existirem. Sua pequena equipe é composta, na maioria, por jovens engenheiros de software. Têm pouca experiência em contabilidade contra fraudes. São eles os que vêm amedrontando Washington com as cinco palavras mais ameaçadoras do novo vocabulário político: "Preciso ligar para o Elon?".

Musk tem usado ameaças financeiras para mudar os votos de senadores republicanos. Ele não tem

problemas em valer-se de seu poder intimidador - inclusive de seus 218 milhões de seguidores no X - para acusar figuras de menos visibilidade de crimes horríveis. Que chance tem um epidemiologista desconhecido ou um inspetor de alimentos contra a inimizade irrestrita do homem mais rico do mundo?

O objetivo político de Musk parece ser transformar o Estado americano em um instrumento pessoal de Donald Trump. Isso só pode ser alcançado por meio do medo e de testes rigorosos de lealdade.

A equipe de Musk deu aos funcionários públicos um canal para denunciar colegas que ainda seguem as agora abolidas regras de diversidade, equidade e inclusão (DEI). Encorajar denúncias anônimas - colocando pessoas umas contra as outras - é ferramenta típica de governos autocráticos.

Musk também tem um objetivo comercial. Em sua cabeça, ele está livrando Washington de reguladores que sufocam o empreendedorismo americano. Na teoria, seria uma causa válida. Na prática, está dispensando especialistas que monitoram fraudes e abusos.

Na semana passada, Musk alardeou o fechamento da Agência de Proteção Financeira do Consumidor (CFPB), do governo federal dos EUA, com uma publicação que dizia "CFPB Descanse em Paz", seguido do emoji de uma lápide. Criada após a crise financeira mundial de 2008, a agência protegia consumidores contra fraudes bancárias e cláusulas abusivas de grandes empresas. Também regulamentava as plataformas das firmas de tecnologia de serviços financeiros. Dias antes, a plataforma X de Musk fechou um acordo com a Visa para lançar o X Money Account - um passo essencial para transformar a rede social on-line em um "aplicativo para tudo". Em breve, os consumidores poderão usar a mesma plataforma para acessar redes sociais on-line, fazer transferências bancárias, ter suporte de inteligência artificial e até receber propaganda neonazista.

Logo, a plataforma será usada para serviços bancários, suporte a IA e emitir posts neonazistas. De acordo com Trump, Musk está policiando bem seus próprios conflitos de interesse. Isso pode ser uma surpresa para o primeiro-ministro da Índia, Narendra

Modi, que na semana passada participou de um encontro oficial com Musk em uma propriedade do governo dos EUA. De um lado estavam os auxiliares de Modi; do outro, três dos filhos de Musk e uma das mães deles. Trump não viu problema no fato de Musk estar "possivelmente" ali para tratar de negócios. Musk quer que a Índia suspenda seus obstáculos à Tesla e à SpaceX.

Não leve nada ao pé da letra. O plano de demitir milhares de funcionários do Serviço de Receitas Internas (IRS, o Fisco dos EUA) antes do prazo para declaração de **impostos** deste ano coloca em dúvida a sinceridade de Musk em querer reduzir o déficit americano. O governo não pode funcionar sem a arrecadação de **impostos**. Na semana passada, Trump declarou: "Aquele que salva seu país não viola a lei." Musk acredita estar salvando os EUA. Com uma causa tão nobre, ele não tem tempo para a lei.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188121?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188121?page=1§ion=1)**

Novo consignado para trabalhador com carteira assinada vai permitir trocar dívida mais cara por mais barata

Geralda Docca

Os trabalhadores do setor privado vão poder renegociar o empréstimo consignado antigo por outro em melhores condições no novo modelo de crédito com desconto em folha que está sendo finalizado pelo governo.

O empregado de empresa privada também poderá trocar outro tipo de empréstimo mais caro, o Crédito Direto ao Consumidor (CDC) pela nova modalidade, com taxas mais baixas. Nos dois casos, a nova operação terá que ser mais atrativa para o tomador.

O novo consignado será criado por medida provisória (MP) a ser editada antes do carnaval. A expectativa é que o novo sistema comece a operar em meados de março. O novo modelo irá integrar base de dados do eSocial e permitir que os trabalhadores tomem empréstimo em qualquer banco. Hoje, é preciso haver convênio bilateral entre empresa e banco para haver a possibilidade de um consignado. Isso, para o governo e o setor, aumentam os juros e retiram a atratividade do empréstimo.

Todo o setor financeiro poderá ofertar o novo consignado, inclusive fintechs. A inclusão do CDC nas negociações será obrigatória, segundo interlocutores do mercado.

Dentro de um prazo de até 45 dias está prevista a integração dos canais dos bancos com a central no governo. Desse modo, ao acessar o aplicativo da instituição, o cliente já migra para a plataforma do governo.

A pedido dos bancos, não haverá teto na nova modalidade de crédito, como já acontece no consignado para aposentados e pensionistas do **INSS** e funcionários públicos. O setor alega que a taxa será definida pela concorrência, diante da retirada das amarras do produto: não haverá mais exigência de convênio entre a empresa do trabalhador e a instituição financeira que vai ofertar o produto e tudo poderá ser feito por aplicativo de celular.

Um dos problemas atuais dos bancos é o receio de

que o trabalhador perca o emprego. Neste caso, a MP vai prever a migração do empréstimo para o novo empregador. Ou seja, a empresa será obrigada a descontar as parcelas devidas. Isso poderá ser feito porque o novo consignado será operado por meio do eSocial.

Na nova sistemática, Dataprev, empresa processadora de dados do governo federal, vai disponibilizar aos bancos dados dos trabalhadores que desejarem tomar o consignado. Entre eles, tempo de serviço na empresa, faixa salarial, além de margem de consignação. Os bancos por outro lado usarão mecanismos para verificar a situação da empresa empregadora na análise de risco do cliente.

O texto da MP não deve tratar de casos em que o tomador fique desempregado por mais tempo. Neste caso, se ficar inadimplente, caberá ao credor receber a dívida pelas vias atuais. Já existe a possibilidade de o trabalhador oferecer 10% do saldo do **FGTS** e a totalidade da multa dos 40% como forma de garantia para ter acesso a uma taxa mais baixa. Isso não muda.

A MP não vai tratar do **saque-aniversário** do **FGTS**, apesar de ser este um desejo do ministro do Trabalho, Luiz Marinho. Tanto o **saque-aniversário**, quanto as operações de crédito com antecipações de saque vão continuar funcionando normalmente, conforme defendiam os bancos e o Ministério da Fazenda.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/02/19/novo-consignado-para-trabalhador-com-carteira-assinada-vai-permitir-trocar-divida-mais-cara-por-mais-barata.ghtml>

Gasto com servidores e custo do Judiciário indicam falta de eficiência do Estado

Lu Aiko Otta De Brasília

Em meio à crescente inquietação com a sustentabilidade das contas públicas e resistências de alas do governo em realizar uma reforma administrativa profunda no Congresso, crescem as preocupações em relação às despesas do poder público com o funcionalismo em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**) e com os altos custos do Judiciário.

Como consequência, especialistas e governo têm intensificado as discussões sobre formas de melhorar a gestão de recursos humanos da máquina pública. O Valor inicia hoje uma série de reportagens sobre a eficiência do Estado. Esta primeira trata da gestão de pessoas nas três esferas de governo.

Para Bruno Carazza, colunista do Valor, professor associado da Fundação Dom Cabral e autor dos livros "O País dos Privilégios" e "Dinheiro, Eleições e Poder", não faltam evidências de que há algo errado no funcionalismo brasileiro. Ele lembra que a quantidade de **servidores públicos** aqui não é muito diferente da média das economias avançadas. No entanto, acrescenta, o custo é bem maior.

Aos números: servidores nas três esferas de governo eram 12,2% da força de trabalho, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) em 2020. Nações avançadas empregam cerca de 17,9%, conforme dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nos extremos, estão a Noruega, com 30,7% da população, e o Japão, com 5,9%.

No entanto, as despesas com salários dos servidores consomem 13% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, contra 8,7% do **PIB** dos Estados Unidos e 11,8% do **PIB** da França, por exemplo. No México são 4,7% do **PIB**, e, no Chile, 7,2% do **PIB**. O custo aqui é parecido com o dos países nórdicos, onde o padrão de atendimento à população é "notoriamente superior" ao brasileiro, apontou.

Considerando o conjunto das despesas dos governos, acrescenta Renato Fragelli, professor associado da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da FGV, o setor público brasileiro "engole" um terço do **PIB**. "Mas vemos ineficiências em vários setores",

afirmou. O Judiciário caro e lento, o arcabouço jurídico que favorece litígios, o desarranjo macroeconômico e a crise na segurança são elementos que tornam o capitalismo brasileiro mais lento, disse.

Em outras palavras, complementa Fragelli, enquanto sobra Estado em áreas onde não seria necessário, como em algumas empresas estatais, falta Estado em áreas como educação, saúde e segurança. Na sua visão, isso explica o clima conflituoso que se instalou na sociedade. A repulsa a pagar mais **impostos** seria sinal desse descontentamento.

"Desde 2013, quando a turma foi para as mas, existe uma cobrança por melhora de serviços em geral", comenta o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, que em parceria com a economista Ana Carla Abrão e com o professor titular da Fundação Getúlio Vargas Direito SP Carlos Ari Sundfeld, elaborou uma proposta para um novo RH do setor público.

A proposta de Arminio, Ana Carla e Sundfeld foi formulada tendo em vista os seguintes objetivos: melhora na qualidade dos serviços públicos, aumento da produtividade do setor público (o que teria impacto na economia em geral) e redução da máquina pública, contribuindo para reverter a trajetória de crescimento da dívida. A ideia seria aplicar a reforma no governo federal e replicá-la para Estados e municípios. Está consolidada em uma minuta de projeto de lei complementar discutida desde 2018, mas que ainda não tramita no Congresso Nacional.

Os pilares da reforma são: diminuição do número de carreiras, planejamento unificado da força de trabalho e, como peça principal, implantação de avaliação unificada de desempenho dos servidores. Haveria um período de "moratória" entre a aprovação dessa lei complementar e das leis ordinárias necessárias a seu detalhamento. Nesse período, não poderia haver concursos nem nomeações.

"É disso que se trata, e isso pode ser extremamente popular, à medida que se faça sentir no dia a dia o bom funcionamento das várias áreas de Estado", comentou Arminio.

O trio propõe uma abordagem diferente daquela constante da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, apresentada e depois abandonada pelo

governo de Jair Bolsonaro em 2020. O objetivo mais conhecido daquela iniciativa legislativa era eliminar a estabilidade do servidor público e assim abrir caminho para uma redução de gastos na área.

"Desde 2013, quando a turma foi para as ruas, existe cobrança por melhora de serviços"

Arminio Fraga

É uma abordagem "errada e inútil", classificou Sundfeld. A estabilidade, afirmou, é importante para impedir perseguição por razões políticas, religiosas, de orientação sexual e outras. "O problema não está na estabilidade, o problema está na ausência de avaliação de desempenho", afirmou.

A proposta, por isso, é cena de um programa de avaliação de desempenho a partir do qual será possível dispensar os que não estejam apresentando os resultados desejados. A Constituição já permite isso, mas não raro essas demissões são revertidas pela justiça por falha na instrução. Falta objetividade aos critérios.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), comandado por Esther Dweck, tem adotado medidas de maneira silenciosa nessa direção. Mas há resistências do funcionalismo para implementá-las.

"Todos os passos que eles têm dado mais recentemente estão muito na linha do que é possível fazer num governo mais alinhado com os sindicatos", comentou Ana Carla. "Eu gostaria de ver essa agenda com mais apoio governamental, inclusive com mais apoio para a própria ministra." O apoio permitiria avançar na agenda de forma mais contundente, comentou.

Em recente entrevista ao Valor, Dweck mostrou como a avaliação de desempenho está na raiz de muitas mudanças que quer implementar. "A partir do momento que você tem uma boa avaliação, pode fazer o que quiser: demitir por baixo desempenho, cortar salário de quem não trabalha direito, não efetivar depois do estágio probatório [o período de três anos cumprido por recém-concursados antes de ganhar estabilidade]."

Existe uma avaliação de desempenho no setor público, mas tem sido pouco efetiva. Baseada em critérios subjetivos, o chefe avalia sua equipe. Geralmente, dá nota máxima a todos, para não criar "climão" e porque, entre funcionários estáveis, o chefe de hoje é o subordinado de amanhã.

O sistema em implementação por Dweck é diferente.

Nasceu no fim da pandemia, quando estava em discussão se o trabalho remoto seria mantido ou não.

No novo modelo, o controle da presença por meio de relógio de ponto foi substituído por um conjunto de metas estabelecidas para cada servidor. Essas metas, por sua vez, derivam dos objetivos que a unidade administrativa quer alcançar, consolidados nos chamados Programas de Gestão e Desempenho (PGDs).

O servidor é avaliado pelo conjunto de entregas que faz, conforme acertado com a chefia, e não pelo número de horas que passa na repartição. "A gente sabe que nem todo mundo que está sentado na frente do computador está efetivamente trabalhando", comentou a ministra.

Hoje, cerca de 40% dos servidores do Executivo estão em PGD. "Desses, a gente capta as informações dos planos de trabalho individualizados e as avaliações, se eles cumprem ou não", explicou Dweck. "Se a pessoa não cumprir, ela pode ter redução de salário e punição associada a isso." O plano entrou em vigor este ano.

O banco de dados será um sistema de avaliação independente de chefes. "Vamos poder comparar servidores e ver quem está trabalhando demais ou quem está trabalhando de menos", disse a ministra.

Para ampliar a quantidade de servidores nesse sistema, a Medida Provisória (MP) 1.268, que trata do reajuste salarial de diversas carreiras do serviço público, determina que a progressão dos servidores dependerá dos resultados da avaliação de desempenho individual.

Os aumentos salariais foram moeda de troca também para avançar em outra frente: aumentar o número de faixas salariais das carreiras, alongando o prazo entre o ingresso do funcionário e sua chegada ao topo, além de diminuir o salário de ingresso. Esses são itens importantes da versão original da PEC 32. "Mas não precisa de PEC para isso; precisa negociar", argumentou Dweck.

Outro ponto atacado na proposta de Fraga, Ana Carla e Sundfeld é o fato de o servidor, uma vez aprovado em concurso, ganhar estabilidade pelo simples decurso de três anos, sem uma avaliação se é ou não adequado para a função que ocupa. Isso também foi mudado, com a edição do Decreto 12.374, no último dia 6. O concursado passará por três ciclos de avaliação, além de cursos de formação. Ao final, será decidido se fica ou é demitido.

Esse é outro procedimento que existe, mas é de difícil aplicação. Funcionários que são demitidos antes da

estabilidade recorrem à justiça.

Esse ponto de insegurança foi atacado no ano passado, com a aprovação da Lei Nacional do Concurso Público, contou Sundfeld. Em seu ponto central, ela autoriza a administração pública a fazer provas de adaptação como requisito para aprovação no concurso. "Se ele [o concursado] não aparece, não está interessado, se ele não dá para aquilo, ele é reprovado no tal curso e o resultado do curso vale para o concurso", explicou.

Evidentemente, há como aprimorar ainda mais o processo. O próprio concurso poderia ser modificado para buscar pessoas com perfil mais adequado, disse o professor. Por exemplo: algumas instituições de ensino selecionam docentes mediante uma prova prática, uma aula. É mais caro do que aplicar uma prova em papel em que os candidatos marcam "x", ponderou. Porém, é uma seleção mais focada que tem mostrado bons resultados.

Na visão de Ana Carla, o principal desafio para a agenda da reforma administrativa é a resistência dos sindicatos, que têm grande poder de articulação no Congresso Nacional e ligação histórica com o PT do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A agenda do MGI tem enfrentado oposição, por exemplo, da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), que tem em sua base as carreiras intermediárias do funcionalismo. A entidade critica o que considera ser "ênfase excessiva" na produtividade e no mérito individual.

"Partimos do combate à tecnocracia e a uma visão elitista de gestão que tentam impor uma ideia de modernização esvaziada de conteúdo político, o que desconsidera as demandas sociais e trabalhistas e aprofunda desigualdades sistêmicas", afirmou o secretário-geral da entidade, Sérgio Ronaldo da Silva.

Os servidores, acrescentou, têm um papel "central" nesse combate, "especialmente diante da implementação de diversas inovações estruturadas a partir da lógica do mercado sem um debate adequado; dos novos programas voltados à gestão e ao desempenho; e do uso crescente da inteligência artificial."

Tido como representante das carreiras de elite do funcionalismo, o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) encara a agenda do MGI com cautela. Os PDGs são necessários, avaliou o presidente,

Rudinei Marques. "Mas, para ir além disso, teremos de discutir."

O grande ponto de estresse, disse, está na possibilidade de demissão por insuficiência de desempenho. "Hoje já existe essa possibilidade, mas ainda não houve regulamentação plena do dispositivo constitucional que trata disso."

O aumento do número de etapas que o servidor precisa percorrer até chegar ao topo da carreira também é visto com ressalvas pelo representante dos servidores. De acordo com a pasta da Gestão, hoje 86% das carreiras têm 20 níveis de progressão, ante 30% em 2023. A medida vem combinada com a redução dos salários iniciais.

"Problema não está na estabilidade, mas na ausência de avaliação de desempenho"

Ari Sundfeld

O movimento não surpreende, disse Marques, porque a reforma da Previdência já exige tempo maior de permanência do servidor na ativa até a aposentadoria. Carreiras mais longas seriam reflexo dessa decisão. "O MGI não precisava ter colocado na mesa, porque tem competência para fazer isso [aumento do número de níveis]", comentou. "Como a gente estava precisando de reajuste, a maioria aceitou o acordo dessa maneira."

A resistência das corporações e o desmonte de propostas do Executivo no Congresso Nacional podem ser vistos, por exemplo, na tentativa de barrar o pagamento dos "supersalários" - aqueles que superam o teto estabelecido na Constituição, que é o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal, atualmente em R\$46.366,19.

O pacote de ajuste fiscal enviado pelo governo ao Congresso em novembro passado continha, entre seus itens, a inclusão de um dispositivo na Constituição que remetia a regulamentação dos supersalários a uma lei complementar, explicou Carazza. Os congressistas modificaram esse texto, estabelecendo regulamentação por lei ordinária.

Parece um detalhe, mas isso faz com que seja retomada uma proposta que já tramita no Legislativo como projeto de lei ordinária. Já aprovada na Câmara, a proposição "praticamente legitima todos os penduricalhos", avaliou. Falta passar pelo Senado, o que está "na boca" para ocorrer, acrescentou.

"Há carreiras com poder de pressão muito grande sobre a classe política", afirmou o professor da Fundação Dom Cabral. "Imagine um parlamentar, o medo que tem de um promotor, de um procurador do Ministério Público, de um juiz." Outras carreiras

também buscam formas de receber acima do teto. "São outras carreiras igualmente poderosas: os fiscais da Receita, os delegados da Polícia Federal, os advogados públicos."

As carreiras de elite do funcionalismo conseguem "furar" o teto salarial porque a Constituição permite que indenizações fiquem fora do limite, explicou Sundfeld. Essas não são classificadas como remuneração, e por isso também são isentas do Imposto de Renda. "Começaram a usar essa ideia de indenização para pagar verbas com pretextos variados, e o céu é o limite", disse. "É um problema muito grave porque é um desperdício de recursos com a elite do funcionalismo."

Na visão do professor, a prática tem mais espaço no judiciário porque "está sobrando dinheiro". A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), explicou, estabelece percentuais fixos do Orçamento a serem destinados ao Judiciário, ao Ministério Público. O que vem ocorrendo é que esses orçamentos têm se mostrado "grandes demais". Assim, ele sugeriu alteração na LRF para limitar os repasses e assim forçar ganhos de produtividade.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188121?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188121?page=1§ion=1)**

Setor espera rápida solução para fundos imobiliários - SECOVI

SECOVI

É grande a expectativa quanto à revisão dos vetos presidenciais que suprimiram as regras que esclareciam que os fundos de investimento não devem ser considerados contribuintes de CBS e IBS.

Em conjunto com representantes de segmentos afetados - caso da agroindústria -, o Secovi-SP levou ao Ministério da Fazenda e a parlamentares argumentos quanto à importância da manutenção das regras para os Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs).

Desde a sua instituição, em 1993, os FIIs têm democratizado o acesso a investimentos, ao promover a inclusão financeira do pequeno investidor. A maioria dos investidores em FII (59%) possui menos de R\$ 10 mil aplicados. São pessoas que querem uma alternativa à poupança de longo prazo, e a isenção de imposto de renda sempre foi um dos principais atrativos para incentivar as aplicações nesse tipo de modalidade.

Uma vez que os FIIs canalizam recursos diretamente para projetos produtivos e/ou movimentam ativos financeiros com lastro imobiliário, o resultado é mais moradias e mais empregos. Além disso, propiciam a redução de custos e aumentam a eficiência do sistema financeiro.

No mercado de imóveis, os FIIs complementam as fontes de recursos tradicionais, fato que se mostra ainda mais relevante em face da atual diminuição nas operações de crédito do SBPE, em decorrência das altas taxas de **inflação** e juros. Portanto, a rápida reconsideração dos vetos é imprescindível para que o mercado siga trabalhando e se evite um impacto negativo na economia.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária: bicicletas compartilhadas

O título pode parecer pitoresco, mas a verdade é que a Emenda Constitucional n.º 132/2023 trouxe mudanças que afetam todos os setores, inclusive a compra, venda e aluguel de bicicletas. Trouxe também novos princípios para o sistema tributário: a justiça tributária, o combate à regressividade e a defesa do meio ambiente.

As mudanças incluem a uniformização de alíquotas do IBS/CBS para todos os produtos e serviços comercializados em um mesmo território. Como toda regra admite exceção, alguns setores poderão ter benefícios, inclusive de redução de alíquota, tais como a saúde, desporto e transportes.

Estranha o fato de as bicicletas não constarem em nenhuma exceção do Projeto de Lei Complementar n.º 68/2024. Trata-se de atividade benéfica à saúde, utilizada para desporto e transporte, e que é amiga do meio ambiente. A bicicleta foi esquecida.

É certo que quanto mais exceções, maior a alíquota de referência. Também é certo que as exceções que estimulam comportamentos positivos trazem benefícios que compensam a perda arrecadatória e geram economia de gastos públicos.

A saúde é a primeira beneficiada: a Organização Mundial da Saúde (OMS) constatou que pedalar diariamente por 20 minutos reduz em 10% o risco de enfarte e 30% de diabetes.

Também é dever do Estado fomentar práticas desportivas, e o uso de bicicletas atende plenamente esse comando.

No que tange ao meio ambiente, o transporte por bicicletas promove um impacto absolutamente positivo: enquanto a utilização de um veículo emite 107g de carbono/hora, as bicicletas não geram emissões.

O Estado deve assegurar o direito à mobilidade urbana, de modo que a bicicleta funcione como uma alternativa ao transporte público, permitindo o deslocamento de forma rápida e barata.

É sempre importante lembrar a realidade brasileira: a utilização de bicicletas permite o trabalho de milhões de cidadãos de baixa renda, o que se vê com as entregas diárias nas grandes cidades.

A experiência internacional já reconheceu a

necessidade de desoneração desse bem.

Em 2021, a União Europeia introduziu nas diretivas do Value Added Tax (VAT) a indicação de redução nas alíquotas das bicicletas comuns e elétricas. Portugal e Bélgica já a adotaram, enquanto outros países estão em estágio avançado de discussão.

No Chile, as bicicletas compartilhadas são enquadradas como transporte público e sujeitas à alíquota zero de IVA. Na Colômbia, a alíquota é inferior a 0,2%.

No Brasil, incluir as bicicletas na hipótese de redução de alíquota do IBS/CBS em 60% reafirmaria nosso papel de liderança nas discussões de mudanças climáticas e serviria de exemplo para o mundo na iminência da realização do G-20.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Escândalo de criptomoedas abala reputação de Milei

Luiza Palermo e Roberto Lameirinhas De São Paulo

A crise da criptomoeda, que envolveu o presidente da Argentina, Javier Milei, complica um cenário que já era economicamente delicado e politicamente desafiador. Na medida em que busca a confiança do mercado argentino para evitar o descontrole do câmbio e se prepara para as eleições legislativas no fim do ano, Milei vive a pior crise desde sua posse, há 14 meses.

Desde sexta-feira, quando divulgou uma moeda virtual que provocou bilhões de dólares em perdas para investidores, Milei tenta amenizar a situação. Na segunda-feira à noite, durante uma entrevista à TV Todo Noticias (TN), o presidente acabou prejudicando a reputação que sempre se orgulhou de ter como economista.

"Esta é uma crise séria porque atinge o coração do poder político na Argentina", diz Sérgio Berensztein, da consultoria berenstein.com. "A crise tem sido particularmente prejudicial do ponto de vista reputacional. Milei, sendo economista, deveria ter evitado a relação com empresas como as que estão relacionadas ao escândalo."

Durante a entrevista ao TN, Milei tentou se distanciar das consequências do lançamento da criptomoeda Libra, justificando que parecia uma "ferramenta interessante para ajudar pessoas que, de outra forma, não teriam acesso ao crédito."

"Eu não promovi, eu divulguei. Não é a mesma coisa", disse o presidente. "Se você for ao cassino e perder dinheiro, qual seria a sua reclamação se soubesse que o cassino tinha essas características?"

Milei foi denunciado por políticos e advogados na Justiça penal por ter promovido a cripto Libra em sua conta no X alegando que ela impulsionaria as pequenas empresas do país e tornaria o crédito mais fácil para os argentinos. Com o post do presidente, a moeda atingiu em minutos US\$ 4 bilhões de investimentos, impulsionada por cerca de 44 mil compradores.

Logo depois, esse valor caiu a quase zero e Milei removeu o post.

"Aqueles que participaram o fizeram voluntariamente.

É um problema entre privados, porque o Estado não desempenha nenhum papel aqui", acrescentou Milei. Ele reiterou que fez o anúncio sobre a Libra em sua conta privada no X, antes de ser indagado pelo entrevistador: "O sr. se dá conta de que é presidente?". Milei foi evasivo na resposta.

Um dos principais responsáveis pelo lançamento da Libra é o empreendedor americano Hayden Mark Davis, da Kelsen Ventures, que se encontrou com Milei na Casa Rosada no dia 30.

"Especialistas em criptomoedas na Argentina, um país que adotou rapidamente as criptos devido à falta de dólares, alertaram o presidente de que ele estava lidando com pessoas de pouca reputação e trajetória", afirma Berensztein. "O que está sendo questionado é o critério do entorno presidencial e do próprio presidente sobre com quem se relacionar em uma indústria de características tão peculiares."

A crise também impulsionou a apresentação de um pedido de impeachment contra o presidente, formalizado pelo partido liderado por Germán Martínez. Agora, uma nova proposta apresentada pela deputada Victoria Tolosa Paz visa revogar os poderes econômicos especiais da Lei de Bases, aprovada no final de junho do ano passado.

Para os analistas, o escândalo tem o potencial de aumentara incerteza política e enfraquecer a posição de Milei em um ambiente já instável "Do ponto de vista legal, processos foram abertos na Argentina, mas ainda é cedo para afirmar quais repercussões isso pode ter", diz Luis Secco, economista e diretor da consultoria Perspectiv@s.

"Este já era um ano complicado, com um período eleitoral e o envio de uma série de projetos-chave, como a **reforma tributária**", completa Secco. "Em um cenário em que o presidente está sendo alvo dessas acusações, parece-me que aprovar qualquer lei será um desafio, especialmente com a oposição, incluindo blocos não peronistas, propondo recursos de impeachment."

O escândalo também abalou os ativos, afetando a confiança dos investidores tanto local quanto internacionalmente. Ontem, as ações argentinas em Wall Street caíram mais de 6%. O dólar MEP subiu

2,2%, enquanto o dólar informal também teve alta, chegando a 1.235 pesos.

"Eu não promovi [a criptomoeda Libra]; eu apenas a divulguei" Javier Milei

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188121?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188121?page=1§ion=1)**

Postos reagem a Lula e dizem que impostos pesam em preço de combustíveis

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustí-veis) reagiu ontem às declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a população é "assaltada" pelos "intermediários" na cadeia de distribuição de combustíveis e que, por isso, a Petrobras deveria fazer a venda direta a grandes consumidores.

Segundo a entidade, que reúne 34 sindicatos patronais e representa os interesses de cerca de 45 mil postos de combustíveis no País, diferentemente do que foi afirmado seria "fundamental considerar" que a composição dos preços dos combustíveis também inclui os **impostos** federais. "Entre eles (os **impostos**), estão o PIS/Cofins, no valor de R\$ 0,69 por litro, e a Cide, de R\$ 0,10 por litro, além do ICMS (este último cobrado pelos Estados)", disse a entidade, em nota.

A Fecombustíveis destacou que, em 1.º de fevereiro, houve aumento do ICMS sobre gasolina, óleo diesel, biodiesel e etanol anidro. Na gasolina e no etanol, houve acréscimo de R\$ 0,10 por litro, totalizando R\$ 1,47, enquanto no diesel e no biodiesel o aumento foi de R\$ 0,06 por litro, para R\$ 1,12.

A Fecombustíveis avaliou que o "funcionamento complexo" da cadeia de combustíveis é pouco conhecido pela sociedade, mas também pelos governantes do País. "A gasolina que sai das refinarias é pura e ainda não está pronta para o consumo final. Somente nas bases de distribuição recebe a adição de 27% de etanol anidro, tornando-se gasolina C, que é a versão comercializada nos postos", disse. "O mesmo processo ocorre com o óleo diesel: ele sai puro das refinarias (diesel A) e, após a adição de biodiesel - atualmente, em 14% -, transforma-se em diesel B, que, então, é comercializado das distribuidoras para os postos de combustíveis."

FATIA DA PETROBRAS. Em evento da Petrobras realizado na segunda-feira, no Rio, o presidente Lula defendeu que a estatal venda diesel, gasolina e gás diretamente a grandes consumidores, como forma de baixar os preços. Antes dos combustíveis, Lula já tinha defendido o boicote a produtos caros em supermercados. Segundo ele, "a gasolina sai da Petrobras a R\$ 3,04 e é vendida a R\$ 6,49". "É importante informar a população. Para o povo saber

quem xingar na hora que aumenta." Pelo sistema em vigor, os combustíveis passam por redes de distribuidoras e, depois, pelos postos até chegar ao cliente final.

A entidade disse ainda que, da composição dos preços da gasolina, a fatia da Petrobras corresponde a 34,7% do preço total, ou seja, a R\$ 2,21 por litro. No caso da composição de preços do óleo diesel, 46,8% correspondem à parcela do produto refinado pela Petrobras (R\$ 3,03 por litro).

"As margens brutas da distribuição e revenda, na média Brasil, ficam em torno de 15%, retirando o frete. Vale destacar que, dessa margem, são descontados os salários, encargos sociais e benefícios dos funcionários, aluguel (se houver), água, luz, incluindo todas as demais despesas inerentes à manutenção do negócio", disse a entidade, em defesa da revenda, lembrando que o setor é um dos que mais empregam no Brasil, com cerca de 900 mil postos de trabalho diretos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para analistas, proposta de Lula para combustível é inviável

Apesar de o presidente Lula ter cobrado que a Petrobras venda diretamente combustíveis aos consumidores, especialistas destacam que seria preciso alterar a legislação. Hoje, as refinarias comercializam combustíveis exclusivamente para as distribuidoras, que, por sua vez, vendem aos postos revendedores.

Além disso, é de responsabilidade das distribuidoras a mistura da gasolina A com etanol anidro (com índice de 27% na composição), formando a gasolina C, comercializada nos postos. O mesmo ocorre

com o diesel, que sai puro das refinarias (diesel A) e, após a adição de biodiesel -mantido em 14% - ,geraodiesel B, que é vendido pelas distribuidoras aos postos de combustíveis.

PROBLEMA MAIS COMPLEXO

Segundo Marcus D'Elia, sócio da Leggio Consultoria, especializada em petróleo gás, a regulação elaborada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) para organizar o setor de combustíveis estabelece papéis e responsabilidades para os diferentes agentes. Com isso, o fornecimento direto, como sugeriu Lula, ocorre apenas mediante autorização e para o uso em programas de teste e desenvolvimento de produtos. Ele cita o acordo recente com a Vale e outras empresas do setor automobilístico para receber e testar o diesel R5 (com 5% de componente renovável).

--A questão do preço do combustível está associada a fatores mais diretos, como a desvalorização da moeda nacional e o preço internacional do produto. A parte do governo está em melhorar a performance macroeconômica para reduzir a pressão sobre os preços. A venda direta de diesel a grandes consumidores é somente retórica -disse D'Elia.

Pedro Rodrigues, sócio do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), diz que Lula busca resolver um problema complexo de forma simples, mirando agentes específicos. Para ele, a questão central é o peso da carga tributária:

-Os governos enxergam o combustível como fonte de arrecadação, mas não querem combustível caro.

Precisamos discutir o papel do combustível na carga

tributária e na arrecadação.

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustí-veis), que reúne 34 sindicatos patronais e representa os interesses de cerca de 45 mil postos no país, explicou que os preços são formados pela incidência de uma série de **impostos**. A composição também inclui os **impostos federais**. Entre eles estão o PIS/Cofins e a Cide. Juntos, somam R\$ 0,6868 no preço final da gasolina, respondendo por 11% do valor por litro. A isso se soma o ICMS, de âmbito estadual, que aumentou em fevereiro

R\$ 0,10 por litro, chegando a R\$ 1,3721, representando 22,16%. Dessa forma, os **impostos** somam 33% do valor final da gasolina.

Na composição de preços da gasolina, na média Brasil, os custos do produto nas refinarias da Petrobras correspondem a 35,73% do total, ou seja, R\$ 2,21 por litro. Já a parcela do etanol anidro equivale a R\$ 0,8721, ou seja, 14,08%. Além disso, o custo final das margens de distribuição é de R\$ 1,0471, representando 16,9% do valor final.

Em nota, a entidade cita que dessa margem são descontados salários, encargos, aluguel, água, luz e despesas.

"A Federação entende ser imprescindível manter a sociedade informada para que a revenda não seja responsabilizada pelos altos custos dos combustíveis no país", disse a entidade em nota.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Estados têm limitações para subir preço, dizem especialistas

Kariny Leal, Rafael Rosas e Marta Watanabe Do Rio e de São Paulo

As falas recentes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a "culpa" dos preços dos combustíveis é "dos intermediários" geraram reações de agentes do setor. Empresários e especialistas alertam para a composição do valor final cobrado nos postos e ressaltam que a tributação estadual não tem mais a mesma volatilidade que tinha há poucos anos.

Em meio à divulgação de pesquisas que mostram a queda de popularidade do governo, Lula afirmou que a Petrobras é responsável por uma parcela minoritária do preço final e disse que a culpa pelos reajustes cai sempre sobre o governo federal, mesmo quando há alta nas alíquotas de ICMS sobre o diesel e a gasolina. Mas do total do preço final, quase metade da gasolina cabe à estatal e aos **impostos** federais, parcela que supera os 50% no caso do diesel. Ao mesmo tempo, os governadores têm pouca margem de manobra para elevar o ICMS dos combustíveis.

Os preços dos combustíveis são formados por cinco elementos. No caso da gasolina, 34,7% cabem à Petrobras; 10,8% são **impostos** federais; 23,1%, **impostos** estaduais; 13,8% é etanol anidro; e 17,6% são da distribuição e revenda. O preço do diesel é formado por 46,8% da Petrobras; 4,9% de **impostos** federais; 17,3% de **impostos** estaduais;

12,5% são a parcela de biodiesel; e 18,4% para distribuição e revenda. No Brasil, o preço médio do litro da gasolina é R\$ 6,37, enquanto o preço médio do litro do diesel é R\$ 6,47, conforme dados da Petrobras de 9 a 15 de fevereiro.

A tributação estadual é outro ponto relevante. Em 2022 houve mudanças em âmbito federal na legislação do ICMS. Essas alterações resultaram na redução das alíquotas de ICMS cobradas em setores importantes para a arrecadação estadual, como energia elétrica, comunicação e combustíveis. Com isso, esses setores perderam fatia na arrecadação total de ICMS. Segundo os últimos dados disponíveis do Conselho de Política Fazendária (Confaz), de 2023, a arrecadação do imposto sobre combustíveis representou 16,6% da receita total agregada de ICMS naquele ano, abaixo dos 17,5% de 2022 e dos 17,8% de 2019.

A arrecadação total de ICMS perdeu força desde 2022, em grande parte devido a medidas que limitaram as alíquotas nos três setores estratégicos. Antes, o imposto nesses setores chegava a ter alíquotas próximas a 30%, dependendo do Estado. Leis complementares federais de 2022, porém, estabeleceram que esses setores só poderiam ser tributados com alíquota limitada à alíquota padrão - também chamada de alíquota geral ou modal - do Estado. A reação de parte dos Estados, desde 2022, foi elevar a alíquota modal. Desde então 18 Estados, além do Distrito Federal, aumentaram a alíquota geral do ICMS pelo menos uma vez. A alíquota padrão média do imposto subiu de 17,61% em 2022 para 19,24% em 2025.

No mesmo bolo de mudanças que veio desde 2022, a arrecadação de ICMS sobre combustíveis também foi alterada. Essa cobrança passou a ser "ad rem", com um valor fixo por litro. Na gasolina, por exemplo, o ICMS é de R\$ 1,47 por litro em todos os Estados. No diesel, R\$ 1,12 por litro.

O valor cobrado por litro é o mesmo em todo o país, com alteração uma vez ao ano, explica a tributarista Ana Cláudia Utumi, da Utumi Advogados. Até 2022, lembra, a cobrança era "ad valorem", com a aplicação de uma alíquota sobre o preço do combustível. Por isso, oscilações dos preços se refletiam imediatamente no valor do imposto arrecadado. Agora, a cobrança "ad rem" considera a média da alíquota modal, que aumentou nos últimos dois anos, mas ainda é mais baixa do que se praticava anteriormente, explica Utumi.

"A situação é melhor do que a que tínhamos no passado, quando as alíquotas eram muito mais altas, e a definição disso era por Estado. Hoje temos uma alíquota mais baixa, baseada na que incide em todos os outros produtos, e uma cobrança uniforme em todo o país. Isso é positivo, dá maior segurança jurídica", diz. "É injusto o presidente Lula culpar os Estados pela alta no caso dos combustíveis, porque hoje isso segue a alíquota geral e há previsibilidade. Os Estados estão fazendo a mudança [do valor de ICMS cobrado por litro] uma vez ao ano. Não estão fazendo a mudança ao seu bel prazer."

Além da alíquota modal, explica Utumi, a definição do

"ad rem" também considera a variação de preços em 12 meses, contabilizando as oscilações na ponta. As alíquotas, nesse caso, são definidas em reuniões que começam em outubro e são baseadas em coletas de preços feitas por equipes técnicas. Desde 2022, diz ela, as novas alíquotas são formalizadas em convênio do Confaz em novembro e passam a valer em fevereiro do ano seguinte. Na última mudança, que passou a valer este mês, aponta, o ICMS do diesel e da gasolina subiu, mas a do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) foi reduzido de R\$ 1,41 por litro para R\$ 1,39 por litro.

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188121?page=1§ion=1>

Utumi lembra ainda que em 2022, além de impor alíquotas mais restritivas ao Estado, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro também reduziu o PIS e a Cofins cobrados sobre combustíveis. Essa redução, porém, foi revertida no decorrer de 2023 e 2024.

O aumento de arrecadação dos Estados passa, portanto, a depender dos volumes vendidos. Em 2023, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), foram vendidos no país 65,5 bilhões de litros de diesel e 46 bilhões de litros de gasolina nos postos brasileiros, crescimentos de 3,61% e 6,99%, respectivamente, frente ao ano anterior. No ano passado foram 67,2 bilhões de litros de diesel, uma alta de 2,62%, e 44,2 bilhões de litros de gasolina, uma queda de 4,02%.

Pedro Rodrigues, sócio do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CB1E), diz que a discussão sobre preços dos combustíveis só se resolverá se houver uma decisão da sociedade quanto ao uso desses produtos: "Precisamos decidir se o país quer ganhar dinheiro com combustíveis, e portanto cobrar mais **impostos** sobre eles, ou se quer torná-los mais baratos para os consumidores, e tomar atitudes para tal", diz, citando ações que podem ser tomadas para facilitar a cadeia, como melhoria da forma de distribuição, reformas nas estradas e construção de dutos.

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), que reúne 34 sindicatos patronais e representa cerca de 45 mil postos de combustíveis, ressalta, em nota, que a cadeia de combustíveis é complexa e pouco conhecida pela sociedade e pelos governantes: "A gasolina que sai das refinarias é pura e ainda não está pronta para o consumo final", diz a nota.

"Hoje temos uma alíquota [de ICMS sobre combustíveis] mais baixa"

Ana Utumi

Site:

IA, regulação e a nova ordem global (Artigo)

Francisco Gaetani e Virgílio Almeida

Francisco Gaetani é professor da Ebape/FGV e secretário extraordinário para a Transformação do Estado, do Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Virgílio Almeida é professor associado ao Berkman Klein Center da Universidade de Harvard, professor emérito da UFMG e ex-secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação.

Uma nova ordem global está se formando, impulsionada pelas transformações trazidas pelas tecnologias digitais. Em um artigo recente, a analista política Anne Applebaum destaca como algoritmos controlados por grandes empresas americanas e chinesas determinam as mensagens e imagens vistas por bilhões de pessoas, enquanto fluxos financeiros podem se mover por meio de contas secretas e esquemas de criptomoedas, influenciando anonimamente o debate nas redes sociais com o objetivo de moldar a opinião pública.

A posse de Trump evidenciou uma explícita aliança entre as big techs e a nova presidência dos EUA, um evento sem precedentes na história do país e, possivelmente, nas democracias ocidentais. Hoje, algumas dessas gigantes da tecnologia, com apoio da Casa Branca, buscam limitar a influência das instituições públicas na Europa e outros países e impor seus termos, resistindo à qualquer regulamentação.

As mudanças já anunciadas pela Meta e X abrem as portas das redes sociais para que grupos po-lítico-partidários, ou qualquer um, espalhem mentiras absurdas e incendiárias sobre qualquer pessoa, física ou jurídica. Essas falsidades podem ser impulsionadas por meio de publicidade online direcionada. Não há ainda regra que possa impedir a disseminação da desinformação antes que os eleitores a vejam.

Essas são questões cruciais levantadas pelo uso aberto e agressivo das plataformas sociais, que podem espalhar desinformação e promover políticos extremistas em vários países. A integridade de eleições - e a possibilidade de um debate livre da interferência de desinformação nas redes - está sendo desafiada pelo TikTok, plataforma chinesa, e pelas subsidiárias da Meta, que incluem Facebook, Instagram e WhatsApp. Não podemos esquecer que

as redes sociais globais se tomaram a praça pública digital, que podem, por meio de seus algoritmos, amplificar a visão política de seus proprietários.

Na prática, ninguém sabe quais regras as plataformas realmente seguem. Sem transparência dos algoritmos, monitorar o que acontece online, especialmente durante eleições, é quase impossível. Quando os danos já foram causados e a votação termina, é tarde demais. Em muitos países, as regras buscam conter o extremismo antidemocrático, que já abalou diversas democracias.

Mas, na nova ordem digital global, surge uma questão central: como nações com diferentes realidades e níveis de desenvolvimento podem proteger seus valores no ambiente digital global? Para as democracias, esse desafio envolve garantir a integridade do debate público e das eleições. Já para regimes autoritários, a questão se coloca de forma mais direta: como usar o poder digital para se manter no controle?

As mudanças nas políticas de moderação de conteúdo das Big Techs, impulsionadas por interesses econômicos e políticos, são alarmantes. As justificativas protocolares são restrição à liberdade de expressão e inibição da capacidade de inovação. Elas ocorrem em um momento de intensa instabilidade geopolítica, no qual atores nacionais e estrangeiros transformam a informação em arma, potencializadas por práticas exploratórias de dados e pelo avanço das novas ferramentas de IA.

O inesperado lançamento do DeepSeek por uma empresa chinesa, logo após o início do governo Trump, mexeu com o cenário global, criando um ambiente de incerteza e deslocamento geopolítico estratégico. Nesse contexto caótico, países emergentes de vários matizes políticos buscam a construção de um novo neomultilateralismo digital, concebido como uma estratégia para proteger suas instituições e a soberania dos ecossistemas nacionais de informação em todo o mundo.

Por que neomultilateralismo? Porque os EUA, país que foi decisivo para a constituição da arquitetura internacional após a Segunda Guerra Mundial, que é a base das Nações Unidas, está se autoexcluindo da proposta multilateral. O novo governo americano está determinado a estabelecer sua própria ordem internacional e, portanto, está se subtraindo de esforços multilaterais nos moldes perseguidos nas

últimas sete décadas - como seu afastamento do Acordo de Paris, da OMS e da OMC sinalizam. Não se trata mais de American First, mas sim de América Only.

No contexto do campo democrático, é interessante explorar em quais áreas Brasil, França, Reino Unido, Alemanha, Canadá, Austrália, Índia e África do Sul, por exemplo, poderiam colaborar como parceiros, mesmo diante das respectivas heterogeneidades políticas e econômicas. A estratégia de contraponto ao poder das big techs passa por várias possibilidades, regulatórias e econômicas. A proteção da democracia, o combate à desinformação e a segurança das eleições surgem como prioridades para a cooperação internacional.

No campo econômico do neo-multilateralismo digital, ganha força a ideia de desenvolver IA nos moldes chineses, sem as barreiras antes consideradas intransponíveis para países em desenvolvimento, como altos custos de energia, capital humano e investimentos. Talvez a entrada nesse mercado seja mais acessível do que se imaginava. Como contraponto, a estratégia inclui acordos bilaterais e multilaterais sobre governança digital, políticas públicas, cooperação tecnológica e científica e mecanismos regulatórios para reduzir a desinformação e garantir transparência na operação das plataformas digitais globais.

O neomultilateralismo digital cria oportunidades para o Brasil avançar em debates ainda pouco explorados, como o potencial dessa transformação digital para acelerar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Como lidar com a revolução no mundo laboral em um momento em que as relações de trabalho estão em crise tanto nos países desenvolvidos como emergentes e pobres? Como o Brasil pode se situar proativamente na construção da nova ordem digital global juntamente com outros países que valorizam suas instituições em oposição às regras de algoritmos **impostos** por empresas estrangeiras do porte de Estados? O jogo está aberto. Cabe ao Brasil escolher suas apostas.

Sem transparência dos algoritmos, monitorar o que ocorre online, em especial em eleições, é quase impossível

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188121?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188121?page=1§ion=1)**

Por que acreditar nos fundos imobiliários em 2025 (Artigo)

Guilherme Loureiro

O ano de 2024 encerrou com sentimento de angústia por muitos dos investidores de fundos de investimento imobiliário (FIIs), que passaram por quedas consecutivas nos últimos meses. Com a virada do ano, as cotações dos fundos seguem pressionadas, e ainda que as perspectivas continuem apontando para uma taxa Selic elevada por mais tempo, e um cenário macroeconômico que ainda gera incertezas para o mercado, o momento atual é oportuno para a aquisição de ativos imobiliários visando o longo prazo. O momento é ideal principalmente para aqueles que buscam a renda passiva, dados os níveis de desconto constatados sob diferentes métricas.

O Ifix, principal índice de referência para os FIIs, que chegou a marcar recuo de 11% no ano, encerrou 2024 com variação de -5,9%. O destaque ficou para a volatilidade mensal apurada em dezembro, de aproximadamente 2,5 vezes a média desde o início do índice, ficando abaixo apenas da medição de março de 2020, no início da pandemia da covid-19. Se para parte dos investidores o momento é de apreensão, outros identificam uma janela de oportunidade para adquirir ativos do segmento a preços favoráveis.

Avaliando o patamar do Ifix, que iniciou o ano próximo de 3.100 pontos, uma análise superficial poderia concluir que os ativos que fazem parte da cesta do índice estão em níveis de precificação superiores a outros momentos de estresse, como no início da pandemia da covid-19, quando o índice chegou próximo de 2.300 pontos. É necessário pontuar, no entanto, que o índice considera o efeito dos rendimentos distribuídos (em geral, mensalmente) pelos fundos. Ao subtrair o efeito da distribuição dos rendimentos, e considerando a janela dos últimos dez anos, identifica-se no início de 2025 o menor patamar de precificação desde o primeiro semestre de 2016.

O cenário atual também se destaca sob a ótica da renda distribuída. Para a cesta de ativos do Ifix, que engloba fundos de diferentes segmentos, o "dividend yield", que mede a distribuição percentual de rendimentos sobre o preço dos ativos, está próximo de 13% ao ano. Em geral os aluguéis não sofreram redução, e os níveis de vacância e inadimplência não aumentaram, sendo estes os componentes das receitas que, após dedução das despesas, são

distribuídas como rendimentos aos cotistas - ou seja, a receita mensal do investidor tende a não diminuir.

O dividend yield do índice está em seu maior patamar para a janela dos últimos cinco anos, ficando bastante acima da média, de cerca de 9% para o mesmo período. Vale lembrar que a renda dessa classe de ativos para o investidor pessoa física, na maioria dos casos, é isenta de **impostos**, e, portanto, o patamar no início do ano configura um retorno de cerca de 115% do CDI, considerando a taxa Selic definida atualmente em 13,25% e a alíquota mínima do Imposto de Renda, de 15% sobre o rendimento.

Quanto ao indicador de preço sobre valor patrimonial, o cenário é semelhante. O múltiplo apurado no início do ano, de aproximadamente 0,80, é consideravelmente inferior à média de 1,00 dos últimos anos. Infere-se, portanto, um desconto médio de 20% sobre o valor do patrimônio líquido dos FIIs. Sob a ótica do mercado real, é possível adquirir, via B3, cotas de portfólios logísticos, por exemplo, por valores inferiores a R\$ 2.500/m², frente a valores de laudo para os mesmos imóveis de cerca de R\$ 3.800/m². No segmento de escritórios, é possível adquirir ativos cujo valor médio dos laudos de avaliação é de cerca de R\$ 33.000/m² por valores equivalentes a aproximadamente R\$ 23.000/m². Não são raros os casos em que o valor implícito dos imóveis, dados os preços praticados atualmente no mercado listado, fica abaixo inclusive do custo de desenvolvimento de ativos com qualidade e localização equivalentes.

As oportunidades não se limitam aos fundos que investem em imóveis. Os ativos que compram títulos de dívidas imobiliárias, os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), em geral, vêm negociando com desconto frente ao valor contábil dos títulos investidos. Considerando os preços atuais dos fundos listados de CRIs, é possível capturar prêmios adicionais sobre as taxas prefixadas acordadas na emissão destes títulos, sem incorrer em riscos adicionais aos precificados nas emissões. Isso ocorre por meio do deságio implícito nestes títulos através dos FIIs listados.

Nesse cenário, apesar dos desafios no contexto macroeconômico, entendemos que passamos por um momento atípico, que possibilita a aquisição de ativos reais a preços descontados em relação ao mercado

imobiliário real. Ainda que não seja possível mensurar quando ocorrerá o gatilho de valorização para a classe, avaliando o histórico dos FIIs, em geral, investidores que aproveitaram momentos de estresse como os atuais capturaram retornos consideráveis no longo prazo.

Guilherme Loureiro é gerente de investimentos imobiliários da Inter Asset

E-mail: guilherme.loureiro@inter.co

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Dólar cai, após BC vender US\$ 3 bilhões

O dólar voltou a cair ontem, após uma leve alta no dia anterior. A divisa norte-americana registrou baixa de 0,42% no fim do dia, com o dólar comercial cotado a R\$ 5,689. É o menor valor de fechamento para a moeda desde 7 de novembro.

Na avaliação do especialista em investimentos da Star Desk Felipe Sant'Anna, o leilão de dólares promovido na manhã de ontem pelo Banco Central contribuiu para a queda da divisa no mercado

interno. Foram vendidos US\$ 3 bilhões, com o compromisso de re-compra. "Desde que Gabriel Galípolo assumiu o Banco Central, ele vem reforçando a posição de venda de leilão de swap cambial e venda no mercado à vista. Ao que tudo indica, ele está imbuído na missão de levar o dólar para casa de R\$ 5,60, ou até mesmo R\$ 5,50 para os mais otimistas", considera o analista. A emissão de US\$ 2,5 bilhões em títulos do Tesouro Nacional também ajudou a derrubar a moeda.

Ainda de acordo com Sant'Anna, a queda na curva de juros no Brasil nos últimos dias também contribuiu para a melhora na percepção dos investidores. "Com isso, os investidores, tanto o doméstico quanto o estrangeiro, estão comprando bons papéis brasileiros", explicou o especialista.

Para a gerente de Research da Nomad, Paula Zogbi, apesar da piora das expectativas de **inflação** divulgadas pelo Focus, os juros "devolvem" parte do prêmio embutido na curva que foram incorporados principalmente nos últimos meses de 2024. "Além disso, o mercado está revisando a projeção de crescimento do **PIB** no Brasil, projetando uma desaceleração da atividade econômica", avalia Zogbi.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2025/02/19/all.pdf>

Disparada de preços faz governo adiar exigência de maior uso do biodiesel

Partiu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a decisão de manter a atual mistura de biodiesel ao diesel em 14%, sacramentada ontem na primeira reunião do ano do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), do qual fazem parte 17 ministérios. Ainda na véspera, Lula procurou os ministros Carlos Fávaro (Agricultura) e Alexandre Silveira (Minas e Energia) para dizer que o momento não era o adequado para elevar a mistura a 15% em razão da **inflação**. O anúncio decepcionou produtores do combustível renovável e de óleo de soja.

Em reunião preparatória na semana passada, na Casa Civil, técnicos da Fazenda alertaram para o impacto do aumento do óleo de soja (principal matéria-prima do biodiesel) e também do etanol nos combustíveis e nos alimentos. No ano passado, o óleo de soja subiu quase 30% e o etanol, 18% - basicamente feito da cana-de-açúcar, ele também vem sendo fabricado a partir do milho.

No fim de 2023, o mesmo CN-PE havia definido para março de 2024 a mistura de 14% de biodiesel ao diesel (B14), com a previsão de chegar a 15% (B15) agora no dia 1.º de março. Além da redução da emissão de dióxido de carbono na atmosfera, foi citada à época a redução da importação do combustível fóssil.

Fávaro e Paulo Teixeira, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, conseguiram poupar o etanol, mas o biodiesel ficou na berlinda. Segundo relatos obtidos pelo Estadão, os números mostravam que o aumento da mistura de 14% para 15% iria, inevitavelmente, produzir um aumento nas bombas.

Nas contas do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), o aumento seria de R\$ 0,02, num terceiro reajuste seguido do combustível - o primeiro devido ao aumento feito pela Petro-bras, em fevereiro, e o segundo como resultado da alteração do ICMS, tributo de competência dos Estados.

Além disso, a Fazenda mencionou o potencial aumento das fraudes na mistura do bio-diesel, o que levaria à competição desigual entre as distribuidoras que seguem a lei e as que estão se desviando sem o controle da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Ministros afirmam, porém, que a preocupação maior

neste momento é a **inflação**. As pesquisas de avaliação do governo mostram um descontentamento das classes de menor renda com a administração de

Lula, o que vem sendo atribuído aos aumentos de preços. Na segunda-feira, o presidente chegou a culpar distribuidoras e postos de combustível pelo salto de preços nas bombas, o que foi rebatido pelo setor (mais informações na pág. B2).

RACHA. A resolução do Palácio não esconde, no entanto, a divisão que o assunto provocou no governo. Esse foi um dos motivos que levaram Fávaro a não comparecer à reunião de ontem do CNPE; ele acabou sendo representado pelo secretário executivo adjunto da pasta, Cleber Oliveira Soares. Procurada, a assessoria do Ministério da Agricultura não se manifestou.

Na véspera, Fávaro tentou apresentar a Lula dados que mostravam que o preço do óleo de soja tende a cair, mas foi enquadrado pelo presidente e pelo chefe da Casa Civil, Rui Costa, numa reunião interrompida mais de uma vez por telefonemas da primeira-dama, Rosângela da Silva.

Ontem, Marina Silva (Meio Ambiente) e Alexandre Silveira, adversários quando o assunto é a exploração de petróleo na Margem Equatorial, defenderam o biodiesel - Silveira, de maneira "moderada", segundo a descrição de um dos participantes. O vice-presidente Geraldo Alckmin também ficou a favor da mistura a 15%.

No lado oposto, Casa Civil, Fazenda e Desenvolvimento Agrário foram firmes na maior preocupação com a **inflação** - não só a dos combustíveis, mas também a dos alimentos.

O silêncio da Agricultura fez com que produtores fossem em peso ao encontro de Fávaro após a reunião do CNPE, onde conseguiram tirar dele o compromisso de que voltará a tentar retomar a discussão no governo em dois meses, além de agendar uma reunião do setor de biodiesel com o próprio Lula. Os empresários querem provar que, com o dólar mais baixo neste ano e a entrada da safra da soja, o preço do óleo deve cair.

O embate que divide o governo divide também o setor

produtivo. Na segunda-feira, Lula esteve com representantes do setor de petróleo e da Petro-bras em Angra dos Reis (RJ). A indústria do combustível fóssil vem advogando pelo seu próprio "combustível verde", chamado de coprocessado, porque a mistura é feita durante o refino do diesel.

A Petrobras tem um copro-cessado com 5% de adição de biodiesel, mas foi alijada das metas do projeto do Combustível do Futuro, sancionado por Lula no ano passado e que prevê a ampliação até o fim da década dos percentuais de combustíveis renováveis.

REAÇÃO. Em nota, a Frente Parlamentar do Biodiesel (FP-Bio) criticou a decisão do CNPE. "A decisão é equivocada e contradiz o posicionamento do governo federal, autor da Lei do Combustível do Futuro - aprovada por unanimidade pelo Congresso e sancionada com festa em ato com a presença do presidente da República e representantes de todas as pastas", diz trecho da nota, assinada pelo deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), presidente do colegiado. "A medida coloca em dúvida o real compromisso do Executivo com a agenda verde e a transição energética."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Nos EUA, preço do ovo dispara e item some das gôndolas

Prateleiras vazias e preços nas alturas: os Estados Unidos estão sob o efeito de uma escassez nacional de ovos. A falta da mercadoria não afeta apenas as casas americanas. A alta dos preços agora chega aos restaurantes, que já repassam os custos aos clientes. A rede de restaurantes Waffle House, por exemplo, anunciou um acréscimo de US\$ 0,50 (por volta de R\$ 2,85) nos pratos que levam ovos.

O produto tem sido o grande vilão da **inflação**, com alta de 15,2% em janeiro, a maior elevação mensal desde junho de 2015. Desde o ano passado, o produto já subiu 53%.

"Fui ao supermercado e não havia ovos. Uma dúzia está custando US\$ 20 (R\$ 114), o que significa que nem os pobres podem comprar mais ovos", reclama Margarita Oliva, moradora em Miami. "Às vezes, vou às lojas com US\$ 100 (R\$ 570) e não consigo comprar o que quero porque os preços estão muito altos."

No fim de janeiro, foi registrado um roubo de uma carga de ovos na Pensilvânia. O carregamento, com cerca de 100 mil unidades, estava avaliado em US\$ 40 mil (R\$ 227 mil), segundo a polícia local.

GRIFE AVIÁRIA. A principal causa para a subida de preços do alimento são casos de gripe aviária. O vírus H5N1 dizimou quase 123 milhões de galinhas, perus e outras aves em 49 Estados dos EUA desde o início dos surtos, em 2022. Só em dezembro do ano passado, cerca de 13 milhões de aves morreram devido à doença, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

"Esta é a onda mais devastadora do surto de gripe aviária que vimos desde que começou a se espalhar, há três anos", disse Karyn Rispoli, gerente da Expansa, empresa que faz pesquisas para o mercado sobre o preço do produto em todo o país.

"Dessa vez, as fazendas que atendem ao setor varejista foram impactadas desproporcionalmente, e isso tem causado um grande problema de oferta." As autoridades confirmaram recentemente que uma cepa foi encontrada no gado bovino, e o aumento de casos em mamíferos desatou preocupações com novas mutações do vírus da doença. Os Estados Unidos registraram a primeira morte em humanos em janeiro, mas especialistas destacaram que a vítima tinha

comorbidades e que o risco para a população permanece bem pequeno.

Empresários do setor varejista e de produção de ovos estão pessimistas.

Karen Meleta, porta-voz da Wakefern, cooperativa de supermercados que tem marcas como ShopRite e Gourmet Garage, disse que a rede tenta manter os preços em patamares razoáveis, mas está "difícil de equilibrar, principalmente devido à volatilidade do mercado e à incerteza resultante desses surtos contínuos".

SEM PERSPECTIVA. Tracy e Ja-son Ramsdell, que mantêm granjas nos Estados de Dakota do Sul e Califórnia, enfrentaram surtos de gripe aviária em suas propriedades. Em dezembro, eles tiveram de sacrificar 40 mil galinhas. Tracy estima que ainda vai ter de administrar "dezenas de milhares" de dólares em perdas, e levará pelo menos seis meses para repovoar sua granja e retomar os negócios.

"Qualquer pessoa na indústria animal agora deveria estar nervosa", disse ela. "Até que nos reunamos coletivamente e tenhamos algumas respostas sólidas e concretas sobre o que está acontecendo, não acho que isso vá parar." afp e nyt

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dólar fecha no menor valor desde 7 de novembro

O dólar recuou ontem e voltou a fechar abaixo da linha de R\$ 5,70, apesar do sinal predominante de alta da moeda americana no exterior. Além da valorização de commodities e da rolagem de US\$ 3 bilhões em linhas pelo Banco Central, operadores afirmam que o real pode ter se beneficiado de eventual entrada de capital externo para renda fixa no leilão de NTN-B -título público emitido pelo governo que tem taxa de rentabilidade indexada à inflação - realizado pelo Tesouro.

Após oscilar entre máxima de R\$ 5,724 e mínima de R\$ 5,675, o dólar à vista terminou o pregão em baixa de 0,41%, cotado a R\$ 5,689 - menor valor desde 7 novembro (R\$ 5,675). Neste ano, a moeda americana acumula recuo de 7,94%. "Deve ter tido um fluxo grande de entrada de estrangeiros", disse Marcos Weigt, da Travelex Bank.

Já o Ibovespa, após três dias de ganhos, registrou uma leve baixa de 0,02%, aos 128,5 mil pontos. No mês, o principal índice da Bolsa está positivo em 1,90%. ANTONIO PEREZ E LUIS LEAL

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reajuste médio de medicamentos deve ser de 3,8%

O reajuste médio dos medicamentos neste ano deve girar na casa dos 3,8% (variando de 2,5% a 5%, conforme a competitividade do remédio no mercado), segundo estimativas dos bancos Citi, Itaú BBA, BTG, Goldman Sachs e XP. Se confirmado, será a primeira vez, após sete anos, que o repasse de preços dos medicamentos fica abaixo do IPCA e também será o menor desde 2018.0 indicador chega num momento em que o governo está pressionado para controlar a **inflação** - ponto que está afetando a popularidade do presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva.

A Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulga o reajuste oficial no fim de março, com os novos preços valendo a partir de 1º de abril. Na segunda-feira (17), o Ministério da Fazenda divulgou nota técnica informando que o Fator Y, uma das variáveis da fórmula de cálculo do repasse, ficou em zero. Esse número veio abaixo das estimativas iniciais do mercado que projetavam aumento de 4% - que agora foi revisto para 3,8%. O Valor havia antecipado, no último dia 28 de janeiro, que o reajuste ficaria abaixo da **inflação**

Esse descasamento deve afetar as redes de capital aberto, que registram melhora de lucratividade imediata no segundo trimestre, quando as novas tabelas chegam. Há um ganho em compra de estoques com preços antigos, e revenda dos produtos com a nova tabela.

Segundo os analistas dos bancos, a expectativa é de impacto negativo sobre as empresas Raia Drogasil, Hypera, Blau, Viveo e Oncoclínicas, que têm contratos vinculados ao índice CMED, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

"Observamos que 77% das classes terapêuticas regulamentadas (incluindo alguns sucessos de venda como o GLP-1), atualmente, estão dentro do nível de reajuste 3 (ou seja, 2,5% de aumento de preço), seguido por 15% no nível 2 e 8% no nível 1", destacam os analistas do Citi, Leandro Bastos e Renan Prata.

A XP acredita que um dos indicadores da fórmula de reajuste dos medicamentos, o Fator Y (divulgado ontem e que ficou abaixo das projeções iniciais do mercado), deve continuar pressionando os reajustes no ano que vem, "já que, em meio à queda dos custos

de energia e câmbio, a redução não é repassada aos consumidores, mas como um saldo para atuar como deflator".

Na percepção dos analistas do Itaú BBA, Vinicius Figueiredo e Rodrigo Gastim, as varejistas farmacêuticas são mais afetadas com "impacto direto nas margens das companhias devido que nos últimos dois anos a **inflação** e os reajustes

ficaram praticamente iguais".

Figueiredo e Gastim acreditam que o lucro da RD Saúde será 7% menor do que as estimativas anteriores por conta dos reajustes mais baixos, enquanto em 2026 será 8% menor. Há também risco de exclusão do ICMS da base do PIS e Cofins, o que deixaria os reajustes menores ainda. Essa visão é compartilhada pelas equipes do Goldman Sachs e BTG.

O Sindusfarma, sindicato da indústria farmacêutica, informou que a definição do reajuste anual dos medicamentos ainda depende da divulgação do IPCA, o que dificulta uma previsão pela área técnica. "O certo é que, sobre o índice de reajuste, haverá um desconto de 1,5 a 2 pontos percentuais em cerca de 25% do total de medicamentos, enquadrados na chamada Lista Negativa, sob os quais incide o PIS/Cofins". A Intermédica informou que aguarda a divulgação oficial do reajuste.

O cálculo do reajuste é feito com base na seguinte fórmula: $IPCA - Fator X + Fator Y + Fator Z$ e é divulgado pela CMED.

Até o momento, já foram informados o fator Y (zero), e o fator X, ou de produtividade (2,459%). Por conta dessas variações, o reajuste dos preços de medicamentos no país neste ano deve ocorrer em três níveis pela primeira vez desde 2021.

O percentual positivo de 2,459% é um cálculo que indica que houve ganhos de produtividade no setor no último ano e, nesse caso, a recomposição da **inflação** tem diferentes variações. É algo definido para não "nivelar" o mercado num único reajuste geral a todas as redes.

Os medicamentos classificados no nível 1, mercado

em que há um maior volume de genéricos, conseqüentemente concorrentes com preços mais baixos, o repasse previsto é de 5%, ou seja, integral do IPCA. Nessa categoria, que inclui remédios como omeprazol (gastrite e úlcera) e amoxicilina (antibiótico), o reajuste é maior para compensar o baixo preço.

No nível 2, onde há uma média concorrência com medicamentos como lidocaína (anestésico local) e nistatina (antifúngico), a estimativa do mercado é de um reajuste de 3,8%. Já no nível 3, onde estão classificados remédios monopolistas, como ritalina (tratamento do déficit de atenção e hiperatividade) e stelara (psoríase), o aumento esperado é de 2,5%.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188121?page=8
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188121?page=8§ion=2)**

Tesouro faz maior emissão de NTN-B desde 2021

Por Gabriel Roca - De São Paulo

O Tesouro Nacional deu mais um sinal de que está disposto a aproveitar os momentos de maior calma no mercado para evitar uma piora na composição da dívida pública. Ontem, o leilão de títulos atrelados à **inflação** (Notas do Tesouro Nacional Série B) foi o maior da categoria desde maio de 2021. Apesar da surpresa dos agentes com o volume expressivo da oferta, houve boa absorção por parte do mercado, o que fez os juros futuros operarem em forte queda durante boa parte da sessão, em razão da forte demanda pelas taxas locais.

Devido à mudança de estratégia na atuação do Tesouro nos primeiros meses do ano, de aumentar as emissões de títulos prefixados e indexados ao IPCA, participantes do mercado já esperavam um leilão grande nesta terça-feira. Mas a oferta de 5 milhões de NTN-Bs - a maior em termos de risco adicionado ao mercado [dv01] desde 2021, segundo a Warren Investimentos - superou mesmo as maiores estimativas e chegou a pressionar a curva ao longo da manhã.

A pressão na curva, no entanto, foi desfeita após o bom resultado do leilão. O Tesouro conseguiu colocar os papéis com taxas dentro do consenso do mercado ou até mais baixas do que o esperado - o que indicou, mais uma vez, uma demanda forte.

O volume emitido em NTN-Bs se aproximou dos R\$ 20 bilhões, e também houve a venda de outros R\$ 18 bilhões em títulos atrelados à Selic (LFTs). O dv01 (métrica associada à variação das taxas de juros e que indica a quantidade e risco adicionada ao mercado) foi de R\$ 12 milhões, a maior desde 2021.

Após o resultado e a forte demanda pelos títulos, as taxas foram às mínimas do dia e o DI para janeiro de 2029 chegou a marcar 14,15% - bem abaixo dos 14,40% registrado nas máximas. No fim do dia, no entanto, a pressão dos juros americanos fez as taxas terminarem a sessão próximas da estabilidade. A taxa do DI para janeiro de 2027 oscilou de 14,58% para 14,56%.

Segundo o sócio e chefe da área de renda fixa da ACE Capital, Luiz Alberto Basqueira, o mercado vem aceitando bem esse maior volume de emissões.

"Parece uma estratégia correta. Ele está enfrentando uma janela melhor, apesar de as NTN-Bs não terem fechado tanto quanto a curva nominal. Enquanto o Tesouro não encontrar uma volatilidade maior no mercado, ele pode manter a postura", disse.

Ele nota que, em relação às NTN-Bs, houve uma mudança na regulamentação no fim de 2024 que permitiu a marcação na curva dos papéis com prazos superiores a cinco anos, o que ajudou a trazer mais demanda por parte das fundações.

A ACE, segundo Basqueira, capturou parte do movimento recente de queda nos juros ao montar posições táticas. Mas, com o cenário para a atividade econômica ainda incerto à frente, a exposição aos juros locais é menor neste momento. "Se o real permanecer nesse patamar e se a atividade continuar na toada de desaceleração do fim do ano passado, podemos até ver esse juro fechando mais. Mas, neste momento, estamos avaliando se não haverá uma volta da atividade econômica no começo do ano. Aguardamos mais dados para entender quão perene pode ser essa desaceleração ou se foi só um soluço no fim do ano", aponta Basqueira.

A pior coisa que a autoridade pode fazer é sinalizar uma alta de juros e acabar não cumprindo"

- Pedro Jobim

Para o gestor de renda fixa da Kinea Investimentos, Leandro Teixeira, nos primeiros meses após a mudança no corpo técnico do Tesouro, com a chegada do novo subsecretário da dívida pública, Daniel Leal, há a sensação de que a instituição está mais disposta a cumprir o Plano Anual de Financiamento (PAF) em relação à gestão passada, que acabou revisando as diretrizes no terceiro trimestre do ano.

"Houve uma melhora na percepção do mercado desde dezembro, seja no câmbio seja na curva prefixada. Isso bate também na percepção da capacidade do mercado de absorver esses leilões no preço que o Tesouro está disposto a emitir. Com essa melhora, abriu-se essa janela para o Tesouro emitir mais. Se o mercado mantiver essa toada e estiver mais disposto a tomar risco Brasil, seria inteligente aproveitar os momentos para emitir, dado que estamos vindo de um momento de colchão de liquidez relativamente

diminuto do ano passado. Seria interessante para todos um colchão de liquidez sadio ao fim deste ano, principalmente porque ano que vem tem eleições e podemos ter maior volatilidade", diz.

Já segundo o estrategista-chefe da Warren Investimentos, Sergio Goldenstein, o Tesouro já emitiu R\$ 257 bilhões ao longo de 2025, o que se traduz em uma média semanal de aproximadamente R\$ 38,9 bilhões, acima da necessidade prevista no PAF de R\$ 29,2 bilhões. "Vale notar que os vencimentos da dívida estão bem concentrados nos cinco primeiros meses de 2025, totalizando pouco mais de R\$ 750 bilhões. Como o colchão caiu ao longo de 2024, para R\$ 860 bilhões, faz sentido promover emissões maiores nos primeiros meses do ano, com volume médio semanal acima do indicado pelo PAF para acumular "gordura" e evitar uma redução do colchão acima do desejável", diz.

Ele aponta que não é possível descartar que, caso as condições de mercado permaneçam favoráveis, o Tesouro acabe fazendo uma emissão de títulos maior ao longo de 2025, de forma a aumentar o colchão. "Do mesmo modo, pode revisar o PAF mais a frente, alterando as bandas de pré e de NTN-B, cujos limites superiores são conservadores. O leilão confirma esse início de ano melhor, com aumento do apetite pelos ativos domésticos num ambiente de posicionamentos ainda leves por parte dos players. Tanto as taxas prefixadas quando as taxas reais permanecem em níveis atrativos."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>